



MINICURSO EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Silvia Rosa Santana¹
Micheli Cristina Hayashi Custódio²
Gabriel Silva Scatena dos Santos³

Resumo: Este relato de experiência traz aspectos teóricos e práticos do Minicurso Educação e Diversidade realizado em uma Escola Estadual no noroeste paulista. São trabalhados conceitos sobre diversidade, com ênfase nos preconceitos de raça e gênero, voltados inicialmente aos professores, visando esclarecer alguns conceitos e fomentar discussões críticas sobre esse universo. Posteriormente, considerando a boa aceitação da equipe, os mesmos temas são tratados em uma linguagem diferente com os alunos das segundas e terceiras séries do Ensino Médio. O objetivo é promover práticas pedagógicas em relação ao direito à educação, como um direito à igualdade e à diferença, por meio de uma metodologia focada na explanação do tema, diálogo e escuta. É uma atividade que se apoia nas orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e no Plano Nacional de Educação (2014-2024). A ação configura-se como uma medida no combate aos atos violentos contra o racismo e a homofobia na escola. Em conclusão, práticas como essa devem fazer parte do currículo e dos projetos da escola, pois quando a gestão permite que se realize atividades relacionadas a temas transversais todos se beneficiam, contribuindo para que o ambiente escolar se torna mais acolhedor e democrático.

Palavras-chave: Gênero; Raça; Formação.

INTRODUÇÃO

É preciso pensar a escola como um espaço de transformação histórica na qual indivíduos trazem uma diversidade étnico-racial, cultural, de gênero, religiosa, política e social e necessitam aprender a conviver assim como a respeitar as diferenças. Santos (2003, p. 56) nos convida a refletir sobre a diferença e a igualdade, uma vez que “temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza. Temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza.” Trazendo para o contexto escolar o estudante possui o direito a uma educação igualitária para que seu desenvolvimento não seja prejudicado e dentro dessa igualdade é necessário que suas diferenças como sua raça, cultura e gênero, por exemplo, sejam vistos como características que compõe sua identidade, portanto reconhecidos e valorizados a fim de quebrar padrões hegemônicos impostos pela sociedade que, por vezes, violam seu direito não considerando suas diferenças como enriquecedoras do ambiente escolar.

Para Gusmão (2003), mais do que ensinar a função da escola é educar, e para que isso aconteça é preciso que se considere a diversidade social e cultural e a pluralidade étnica e racial dos alunos. Ademais, a missão da escola é trabalhar para promover a transformação do ensino

¹ Pós-doutora em Educação, Docente na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Unidade Universitária de Paranaíba/MS. E-mail: mariasilvia@uems.br

² Graduação em Letras, aluna regular do Programa de Pós-graduação em Educação/Mestrado da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: michelicristinacustodio@gmail.com

³ Graduação em Matemática, aluno especial do Programa de Pós-graduação em Educação/Mestrado da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: gabriel.scatena@hotmail.com



em que os diferentes aprendam juntos por meio de práticas democráticas. Nesse sentido, entende-se que as diferenças têm o potencial de impulsionar a aprendizagem em direção à humanização; elas não devem ser invisibilizadas e tampouco se configuram como obstáculos que dificultam o acesso de uma grande parcela dos alunos a um ensino de qualidade.

Bobbio (2002) considera que as três grandes fontes de desigualdade entre os homens são a raça, a classe social e o sexo, temas atuais de discussão como nunca haviam sido antes, principalmente após a tragédia do Holocausto, quando a população mundial teve que retomar a luta do movimento a favor da igualdade. Algo que somente será alcançado quando houver a superação do ódio e da discriminação, o que levará a sociedade ao progresso da civilização, de acordo com o autor. Portanto, a escola precisa estar atenta em que medida temas como o racismo e a homofobia são pauta de reflexão e inclusão no currículo escolar quando se elaboram projetos pedagógicos. Esses assuntos devem se efetivar na prática do cotidiano escolar a fim de garantir a igualdade de direitos de aprendizagem e ambientes saudáveis e democráticos de educação; pois, de acordo com Borges e Meyer (2008, p. 67), “[...] uma das instituições em que a exclusão se institucionaliza é na escola. Na infância e na adolescência, é especialmente na escola que poderão surgir as piores situações de violência e exclusão.”

Assim, no contexto escolar pensar que a igualdade é somente ter acesso à educação mascara uma realidade onde atos de racismo, homofobia, preconceito e discriminação se tornam frequentes. Essa falsa igualdade impede que a escola seja vista como reprodutora de desigualdades e mantenedora de padrões hegemônicos. Para Guacira Louro (1997, p. 85), temos que intervir na nossa realidade escolar, principalmente:

[...] se admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades.

Acreditando que trabalhar na escola é se posicionar e buscar a transformação, realizou-se um minicurso para os professores com ênfase na diversidade de raça e gênero, com o objetivo de proporcionar uma formação inicial em temas emergentes. Após o trabalho com os professores, elaborou-se uma apresentação para os alunos, dentro da mesma temática, porém com outro enfoque, com o intuito de promover uma orientação para a convivência e respeito



com as diferenças, a aceitação do eu e do outro, as várias formas de ser no mundo, ademais de falar sobre leis e direitos, pensando nas mulheres, negros e alunos LGBTQIAPN+ da nossa escola. Prezando para que a escola pública contribua para a educação dos direitos humanos, visando garantir uma educação igualitária e aberta às diferenças.

Nesse contexto, as perguntas norteadoras são: Quais as possibilidades reais de formar professores para trabalharem com temas transversais dentro da escola, com ênfase na raça e no gênero? Há abertura para realizar atividades relacionadas com a diferença e a diversidade na sala de aula? Como será a receptividade da escola e de todos os envolvidos no projeto? Os alunos têm interesse nesses temas emergentes?

Considerando essas questões, o objetivo do minicurso foi promover práticas pedagógicas para tratar da diversidade tanto com professores como com alunos, criando um espaço para debater temas relacionados à raça e ao gênero, a fim de promover a igualdade no ensino e tentar diminuir casos de violência dentro da escola. Em relação a formação dos professores, especificamente, foi promovida uma formação básica sobre gênero, raça, sexualidade, classe social, racismo, homofobia e interseccionalidade. Os docentes foram convidados a refletir sobre como todas essas diferenças dentro do ambiente escolar quando não direcionadas corretamente podem se transformar em questões de violência, exclusão e desigualdade para os jovens. O foco do trabalho com os adolescentes era discutir questões relacionadas à raça e ao gênero para desconstruir discursos hegemônicos, fazer um levantamento dos conflitos raciais e de gênero dentro da unidade escolar, identificar e combater casos de violência na escola e criar um espaço de escuta e discussão.

A fundamentação teórica é composta pelos estudos contemporâneos de gênero (Guacira Louro), pelos estudos de raça/cor (Nilma Gomes, Silvio Almeida, Kabengele Munanga) e a interseccionalidade (Kimberlé Crenshaw), entre outros temas e autores que ajudam a embasar os estudos e o minicurso e questionam a prática.

METODOLOGIA

A ideia do minicurso surgiu após as aulas da disciplina: Educação e Diversidade Étnico-Racial, de Gênero e Sexualidade ofertada pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul/Mestrado ministrada pela Profa. Dra. Maria José de Jesus Alves Cordeiro. Após estudos e discussões promovidos pela disciplina a docente questionou os estudantes sobre a possibilidade de começar a mudança pelo local de trabalho de



cada um, assim, desafiou todos os participantes da disciplina a colocar em prática tudo o que tinham aprendido.

Nóvoa (2019) afirma que a escola tal como a conhecemos hoje precisa mudar para atender os desafios da contemporaneidade que já fazem parte da vida dos estudantes. Uma das mudanças se refere à formação profissional, para exemplificar sua proposta o autor apresenta um triângulo da formação continuada docente, que seria uma relação entre as universidades, os professores e as escolas na qual todos possam contribuir com conhecimento cultural, intelectual e científico para a formação continuada dos professores criando um novo ambiente educativo de cooperação, que deixaria de lado antigas discussões entre essas instituições, propondo um modelo de contribuição que pode trazer benefício para todos.

O primeiro passo foi conversar com a gestão da escola que compreendeu o objetivo do minicurso e autorizou a formação dos professores; depois, os esforços se voltaram para preparação das atividades fundamentadas com base teórica no plano da disciplina. O minicurso se enquadra nas diretrizes do Plano Nacional de Educação (2014-2024), especificamente em seu artigo 2º, no qual se enfatiza a importância de realizar projetos e ações educacionais para promover a cidadania e combater todas as formas de discriminação com vistas a superar as desigualdades na educação (Brasil, 2015). Buscou-se não só a compreensão dos conceitos, mas uma prática pedagógica na qual os docentes também pudessem participar ativamente. Para esse propósito, partiu-se de reflexões acerca da escola e da sociedade que os professores almejam no futuro, além da discussão dos conceitos de diferença e igualdade.

As leis e os documentos oficiais que amparam o trabalho com a diversidade e a diferença dentro do currículo escolar foram incluídos nas apresentações para que os profissionais da educação pudessem compreender os direitos dos jovens. As orientações da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira em sala de aula, foram retomadas para falar sobre a diminuição de projetos que contemplam a temática étnico-racial dentro da escola e propor novos projetos. Além da questão racial, trabalhou-se o gênero, a sexualidade, a homofobia e outros assuntos que se inter-relacionam para enfim chegar na questão da violência e da interseccionalidade. Foram agendados três encontros nos quais os professores eram convidados a dar sua opinião, receber formação e compartilhar experiências, além de conhecer atividades e estratégias pedagógicas intencionais para serem utilizadas em sala de aula com vistas ao combate do racismo e da homofobia.

Como a receptividade dos professores em relação à formação foi positiva, a gestão escolar permitiu que fosse feito um trabalho semelhante com os estudantes. Assim, após a



formação dos professores, foi elaborado outro material para ser trabalhado com os alunos na mesma temática, porém com foco maior na compreensão de questões relacionadas ao gênero, sexualidade e raça. Outros tópicos que se relacionam com esses temas como pobreza, feminismo, patriarcado, machismo, sexualidade, etnia, violência e interseccionalidade também foram abordados. As atividades para os jovens teve como referência os objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Fundamental, buscando:

Considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro (BRASIL, 1997, p. 287).

A apresentação para os estudantes não teve foco no currículo e nas práticas pedagógicas como no caso dos professores, mas sim no diálogo e compreensão de temas emergentes e no empoderamento do aluno em relação aos seus direitos, buscando a desconstrução de preconceitos e a melhoria da qualidade das aulas e do ambiente escolar, principalmente para os alunos e alunas que trazem consigo marcadores sociais da diferença. Foram programados três encontros com os estudantes, num primeiro momento e depois foram agendados encontros individuais com aqueles que revelaram casos de racismo e homofobia para que fossem tomadas as medidas necessárias.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pensar em educação atualmente é estar preparado para trabalhar com questões para além do currículo formal, os direitos humanos, os temas emergentes e outros problemas sociais exigem que a escola esteja preparada para formar um jovem plural e que quer ser ouvido. Nilma Gomes (2012, p.105) fala em descolonizar o currículo, pois as grades curriculares são conteudistas e não dialogam com a realidade, omitindo um conhecimento a que o aluno tem direito. Além disso, para a autora:

Não há nenhuma “harmonia” e nem “quietude” e tampouco “passividade” quando encaramos, de fato, que as diferentes culturas e os sujeitos que as produzem devem ter o direito de dialogar e interferir na produção de novos projetos curriculares, educativos e de sociedade. Esse “outro” deverá ter o direito à livre expressão da sua fala e de suas opiniões. Tudo isso diz respeito ao reconhecimento da nossa igualdade enquanto seres humanos e sujeitos de direitos e da nossa diferença como sujeitos singulares em gênero, raça, idade, nível socioeconômico e tantos outros. Refere-se



também aos conflitos, choques geracionais e entendimento das situações-limite vivenciadas pelos estudantes das nossas escolas, sobretudo aquelas voltadas para os segmentos empobrecidos da nossa população.

Os professores afirmam que trabalham com a história, a literatura e a cultura africana e afro-brasileira nessa unidade escolar, porém essas atividades sozinhas não são suficientes para diminuir a desigualdade no ensino, pois as práticas racistas no ambiente escolar são cotidianas e persistentes. Para Munanga (2005), não são as leis que vão acabar com as atitudes preconceituosas das pessoas, mas sim a educação que pode levar alunos e professores a questionar o mito da superioridade e inferioridade com o propósito de desconstruí-lo. Ainda de acordo com o autor, a luta contra o racismo começa com os professores que precisam modificar suas cabeças e se posicionar, só assim haverá uma educação democrática que contemple todos os povos que formaram a sociedade brasileira.

No intuito de contribuir para o combate ao racismo na escola tanto na formação de professores como no trabalho com os alunos é necessário falar sobre o racismo estrutural, porque muito se fala sobre o racismo, mas falta uma formação de professores sobre o tema na escola. Compreender que o racismo é estrutural, é compreender que está dentro da escola e, portanto, se não for questionado no cotidiano se transforma em algo normal práticas racistas como piadas e brincadeiras, ou pior, se converte em silenciamento diante de atos racistas. Quando instituições como a escola não se posicionam em relação ao racismo, reproduzem violências racistas e sexistas (ALMEIDA, 2019, p. 39).

Educadores precisam entender que o racismo causa danos materiais e simbólicos na vida dos indivíduos que podem ter consequências que perduram por muito tempo. Um exemplo de documento oficial que pode auxiliar tanto docentes quanto os adolescentes a compreender as consequências do racismo é a segunda edição do estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) que mostra o acesso desigual de diferentes grupos da população brasileira à bens e serviços básicos aos quais deveriam ter na prática garantias asseguradas por leis como consta na Constituição Federal do Brasil de 1988. Por meio de gráficos e estatísticas é possível fundamentar e explicar os danos que o racismo pode causar na vida de uma pessoa e como afeta de forma diferente alguns grupos da sociedade como as mulheres, por exemplo. Nesse sentido, entramos no campo da interseccionalidade, um conceito que pouco se discute na escola, mas que precisa ser apropriado tanto por professores como por alunos, pois ajuda a entender as desigualdades. Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177) afirma que:



A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

A interseccionalidade é um tema emergente que deve estar presente no currículo da escola, pois as desigualdades sociais afetam as pessoas de forma diferente, principalmente, quando se trata das questões de gênero e raça, nas quais a opressão tende a ser maior. Um outro eixo de discriminação e preconceito que podemos encontrar na escola é a homofobia. Para Junqueira (2009) é na escola que jovens LGBTQIAPN+ sofrem violência e estão expostos a vulnerabilidade que os leva a negar, culpar-se ou ter aversão a sua orientação sexual ou a sua identidade, pois a escola oprime e discrimina. No caso da família, do Estado e da sociedade tanto eles participam desses quadros de violência como se omitem e deixam que os jovens vivenciem situações delicadas sozinhos.

Há uma lacuna na formação e preparação dos professores e da equipe escolar para combater a homofobia. E a falta de luta contra o preconceito e a discriminação na escola pode estar relacionada com o pouco conhecimento e compreensão do tema, já que professores também não falam sobre gênero, identidade e orientação sexual diferente da heteronormativa. Nesse sentido, Junqueira (2009, p. 34) afirma que “[...] profissionais da educação, no entanto, ainda não contam com suficientes diretrizes e instrumentos adequados para enfrentar os desafios relacionados aos direitos sexuais e à diversidade sexual.”

Apesar da falta de apoio para enfrentar a homofobia, o trabalho com orientação sexual é amparado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (BRASIL, 1997), como um tema transversal e oferece às escolas a oportunidade trazer para os estudantes informações e conceitos sobre gênero e homossexualidade. Embora a necessidade de abordar essas questões seja amplamente reconhecida por estudiosos e movimentos sociais, a resistência e as dificuldades enfrentadas pelos educadores revelam a persistência da homofobia na sociedade. Para os profissionais da educação a sexualidade é um tema difícil de ser trabalhado, mas na mídia o adolescente encontra diversos meios que veiculam livremente músicas, séries, filmes e vídeos com conteúdo sexual, por exemplo. Se por um lado, há uma aparente liberdade sexual, por outro existe um conservadorismo no tratamento do assunto na escola. Dessa forma,

Embora a literatura traga uma concepção ampla de sexualidade, na escola sua compreensão é reduzida à genitalidade, ao ato sexual e ao conhecimento de



procedimentos que podem garantir o autocuidado e as responsabilidades sociais, abordagem esta que pode ocasionar desassociações entre a sexualidade, uma sociedade mais inclusiva e os direitos humanos. Torna-se relevante a atuação da comunidade escolar na tarefa de reunir, organizar, sistematizar e ministrar essa dimensão da formação humana (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p. 02).

Quando abordado o tema geralmente é trabalhado na visão biologizante, deixando de lado questões que os jovens têm interesse e gostariam de compreender. Quando a escola não abre o espaço para discussão do gênero e da sexualidade os alunos ficam expostos a diferentes situações de vulnerabilidade como as doenças sexualmente transmissíveis, a gravidez indesejada e à pedofilia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A escola escolhida para desenvolver o minicurso foi uma instituição estadual de ensino integral do interior do estado de São Paulo que recebe alunos a partir do ensino fundamental II até o ensino médio.

ENCONTRO COM OS PROFESSORES

Os trinta professores e três gestores que participaram do Minicurso tinham idade entre 30 e 65 anos e ministravam aula de diferentes componentes curriculares. Os encontros foram promovidos no horário de formação dos docentes com apresentação de slides, discussões e participação dos professores e equipe gestora. Os dois temas principais foram a raça e o gênero, pois havia registros de episódios de racismo e homofobia dentro da unidade escolar. Apesar de todos os educadores conhecerem a Lei 10.639/03 e seus desdobramentos, como as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais (2006), casos de racismo acontecem na escola, portanto seu enfrentamento tem que ser ativo na mesma proporção. Corrobora com essa afirmação Eliane Cavalleiro (2012, p.101) ao afirmar que:

Diante do emaranhado de problemas subjacentes às relações étnicas, cabe a nós, formuladores de opinião – professores, educadores e: pesquisadores críticos -, pensar e lutar por práticas que objetivem a inclusão positiva de crianças e de jovens negros na estrutura educacional. É, portanto, indispensável a elaboração de um trabalho que promova o respeito mútuo, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sobre elas sem receio e sem preconceito.

Foi nesse sentido que o racismo foi abordado no minicurso, buscou-se apresentar diversas formas de promover práticas que valorizem e respeitem a cultura africana e afro-brasileira aos docentes, reforçando que todas as disciplinas podem trabalhar com o tema. Ademais, os participantes foram convidados a refletir sobre as leis contra o racismo e os direitos



garantidos por lei como as cotas nas universidades e a importância de empoderar, principalmente, os adolescentes negros da escola. Dentre o conteúdo da apresentação foram abordadas questões relativas ao patriarcado, feminismo, gênero, sexualidade, racismo, violência e interseccionalidade, assuntos da contemporaneidade que podem não fazer parte da escola, mas já fazem parte da vida dos alunos. Para Nóvoa (2019, p.11):

No meio de muitas dúvidas e hesitações, há uma certeza que nos orienta: a *metamorfose da escola* acontece sempre que os professores se juntam em coletivo para pensarem o trabalho, para construírem práticas pedagógicas diferentes, para responderem aos desafios colocados pelo fim do modelo escolar. A formação continuada não deve dispensar nenhum contributo que venha de fora, sobretudo o apoio dos universitários e dos grupos de pesquisa, mas é no lugar da escola que ela se define, enriquece-se e, assim, pode cumprir o seu papel no desenvolvimento profissional dos professores.

Os autores e autoras, mencionados anteriormente, que foram estudados na disciplina ofertada pela universidade embasaram a formação dos professores. Observou-se a participação efetiva de quase todos os participantes por meio de depoimentos, discussões e perguntas. Alguns falaram dos alunos e das situações que já enfrentaram na escola, sobre sua vida pessoal e como a apropriação desses temas conseguiu ajudá-los a compreender situações que ocorrem na escola e a sua própria trajetória.

Por meio de gráficos e estatística foi possível fundamentar e explicar os danos que o racismo pode causar na vida de uma pessoa e como afeta de forma diferente alguns grupos da sociedade como as mulheres, por exemplo. As análises feitas são exemplos de práticas pedagógicas que tanto podem ser usadas para a formação de professores como em atividades pedagógicas para sala de aula. Quando analisamos as consequências do racismo para falarmos, por exemplo, das pessoas que recebem as menores remunerações, é possível ver como no caso das mulheres negras a questão de ser mulher e ser negra no Brasil pode gerar as piores condições de vida para essa parcela da população. Para exemplificar essa constatação fez-se uso do estudo das Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil no qual pode-se verificar que as pessoas maiores de 18 anos que sofreram algum tipo de violência física, sexual ou psicológica somavam 18,3% população. Com 20,6% as pessoas pretas foram as mais atingidas. Entre as pessoas brancas 16,6% relataram ser vítima de violência. E as que mais sofreram alguma forma de violência foram as mulheres pretas (21,3%), ou seja, o grupo de raça e sexo com o maior número de vítimas (IBGE, 2022).

Como o combate ao racismo é um tema conhecido não observou-se dificuldade quando foram propostas atividades para serem usadas em sala de aula, porém foi possível ver o



desconforto da equipe docente em lidar com as questões de gênero e sexualidade, hora por considerarem um tema novo e desconhecido, outrora pelo medo da família dos estudantes, que pode considerar este assunto polêmico e perigoso. Entende-se que existe uma dificuldade para trabalhar o gênero e a sexualidade em sala de aula, porém Guacira Louro (1997) afirma que educadores precisam questionar não só o que ensinam, mas como ensinam para não contribuir com a manutenção do sexismo, racismo e etnocentrismo da sociedade.

Compreendeu-se que o gênero e a sexualidade ainda se constituem como um desafio na escola, sendo que na maioria das vezes o material didático e até mesmo o professor trabalham somente a questão biológica por medo ou falta de conhecimento, se encontrando numa encruzilhada entre o direito dos jovens de ter mais conhecimento sobre o assunto e o medo ou falta de preparo para promover aulas que abordem o tema.

ENCONTRO COM OS ALUNOS

A escola atende crianças e jovens do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio entre 11 e 18 anos de idade. É uma comunidade bem diversificada com alunos que procedem de diferentes etnias, raças e culturas. Dos 540 alunos atendidos há 5% de ciganos, 40% de pardos e negros e 55% de brancos. Em relação ao gênero, houve um aumento no número de pedidos para uso do nome social dentro da unidade escolar com autorização dos pais. Aproximadamente, 7% dos alunos usam o nome social e outros relataram que gostariam de usar, porém não possuem consentimento dos pais. Há um aluno transexual no ensino médio. Muitos alunos se autodeclararam homossexuais tanto no ensino médio como no ensino fundamental, porém não foram coletados esses dados durante o minicurso.

A prática pedagógica desenvolvida com os adolescentes foi pensada a partir da premissa de que se ocorrem situações de racismo e homofobia na escola, a luta precisa começar na educação, pois:

[...] a escola é um espaço no interior do qual e a partir do qual podem ser construídos novos padrões de aprendizado, convivência, produção e transmissão de conhecimento, sobretudo se forem ali subvertidos ou abalados valores, crenças, representações e práticas associados a preconceitos, discriminações e violências de ordem racista, sexista, misógina e homofóbica.” (JUNQUEIRA, 2009, p.36)

Em um formato de diálogo e participação, os estudantes foram convidados a responder perguntas e refletir sobre a adolescência, a diferença, a raça e o gênero. A receptividade dos alunos às atividades propostas foi positiva, pois o interesse pelos temas fez com que participassem efetivamente, assim, houve perguntas, depoimentos e discussão dos tópicos propostos. Criou-se um ambiente saudável de troca de conhecimento e muitos quiseram falar.



Dentre as falas algumas estavam relacionadas com experiências e situações de racismo e homofobia que os adolescentes sofreram dentro da escola, outras foram dúvidas sobre o assunto e algumas eram revelações de casos de violência. O aluno transexual falou sobre as dificuldades que tem para fazer amigos e se integrar tanto na sociedade como na escola, relatou que já esteve em diferentes instituições, mas que ali estava bem.

Foram apresentadas as leis que protegem e garantem os direitos dos jovens como a Lei 10.639/03 e a Lei 7.716/89 para que tanto os alunos que cometem atos de racismo e homofobia na escola estejam cientes das consequências de seus atos como para empoderar e orientar as vítimas da violência. Além disso, falamos sobre a importância do reconhecimento e da valorização da identidade e cultura negra dos estudantes e sobre o direito às cotas nas universidades.

Num segundo momento foram apresentados conceitos relacionados ao gênero e a sexualidade. Os alunos puderam participar de discussões acerca do machismo, patriarcado, hetenormativa, homossexualidade e interseccionalidade. Os adolescentes foram convidados a refletir e opinar sobre diferentes situações para compreender como a sociedade tenta padronizar um modelo “perfeito” de homem que Guacira Louro (2013) descreve como o centro, homem branco ocidental heterossexual e de classe média, mas que não corresponde à realidade dos adolescentes que trazem identidades culturais muito diferentes do padrão imposto. Nesse sentido, procurou-se mostrar que há muitas formas de viver o gênero e a sexualidade e que não existe um regra. Ainda de acordo com a autora:

Os corpos de adolescentes e jovens, em sua pluralidade de tribos e gangues, desafiam, espetacularmente, as divisões dicotômicas. A multiplicidade de modos de ser e de aparecer coloca sob suspeita as definições tradicionais de classe, gênero, sexualidade, etnia. Outras divisões se instauram, é verdade; fronteiras são rompidas enquanto outras se constroem. (GUACIRA LOURO, 2000, p.72)

Os estudantes negros e homossexuais que denunciaram casos de racismo e homofobia que aconteceram na escola foram chamados para reuniões individuais. A partir desses relatos foram tomadas algumas atitudes em relação a esses casos e os alunos foram orientados sobre as leis que os protegem e os direitos a que têm dentro e fora do ambiente escolar. As medidas cabíveis à escola foram executadas e coube aos pais continuar com os processos ou não.

Por fim, percebeu-se um empoderamento de alguns alunos que hoje conseguem enfrentar os casos de racismo e homofobia na escola, inclusive com denúncias dos próprios amigos e pedidos de justiça. Em um dos casos houve registro de boletim de ocorrência.



A gestão escolar reconheceu a prática como uma possibilidade de evolução pessoal, profissional, socioemocional e de relações cotidianas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a fala de Nilma Gomes (2012), não houve quietude e nem passividade nessa prática. Observa-se com essa prática pedagógica que os adolescentes estão muito abertos a discutir temas atuais da juventude, se mostram muito receptivos quando os professores param para ouvi-los. Foram identificados casos específicos de racismo e discriminação e após os depoimentos é possível orientar e ajudar os alunos. Entende-se que o currículo base é importante, mas o currículo oculto precisa ser revelado para que sociedade seja mais justa e igualitária.

O minicurso é uma prática que empodera os estudantes da escola, ademais contribui para uma educação que respeite os direitos humanos, pois quando os temas emergentes são trabalhados dentro da necessidade do adolescente são compreendidos de forma correta gerando melhoria nos relacionamentos, respeito entre os pares e compreensão do próprio ser. Além de poder ajudar no respeito por seu corpo e pelo corpo do outro.

A receptividade do minicurso de formação dos professores é positiva; com ela, compreende-se as dificuldades que eles têm em trabalhar com alguns temas, principalmente, por falta de formação, mas eles entenderam, por outro lado, as consequências que o racismo e a homofobia podem causar para os alunos e as alunas, portanto, se comprometendo a ampliar a prática pedagógica e combater formas de violência na escola.

O desafio é ampliar essa experiência para todos os estudantes da escola, inclusive do ensino fundamental e tornar a prática de escuta e orientação dos alunos como uma prioridade do currículo escolar na qual temas como a diversidade de raça e gênero façam parte do currículo da base. A limitação do trabalho em relação à formação dos professores é a falta de tempo para realizar essas práticas e para continuar os estudos, pois para compreender o racismo e a homofobia no ambiente escolar e conseguir combatê-los existe a necessidade de aprofundamento teórico.

O relato de experiência pode servir de exemplo para que outras ações sejam realizadas na escola e para que projetos e pesquisas sejam desenvolvidos nesse sentido, porque é possível sim modificar o chão da escola desde que haja abertura da equipe gestora e preparação dos professores. Alguém tem que dar o primeiro passo.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.
- BOBBIO, Norberto. **Igualdade e liberdade**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- BORGES, Z. N.; MEYER, D. E. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. **Aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 59-76, 2008.
- BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716compilado.htm. Acesso em: 08 nov. 2023.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília: Inep, 2015.
- BRASIL. **Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm. Acesso em: 08 nov. 2023.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: Diário Oficial, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- ELIANE CAVALLEIRO, dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- GUACIRA LOURO, Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GUACIRA LOURO. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, v.2, n.25, p. 59-76, jul/dez. 2000.
- GUACIRA LOURO; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Os desafios da diversidade na escola. In: GUSMÃO, Neusa Maria M. de (Org.). **Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados**. São Paulo: Biruta, 2003.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível



em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em: 08 nov. 2023.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. *In*: JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/UNESCO, 2009. p.13-37.

KIMBERLÉ CRENSHAW. **Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Los Angeles: University of California, 2002.

MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o racismo na escola**. .2 ed. Brasília: MEC, 2005.

NILMA GOMES, Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

NÓVOA, Antônio. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 1-15, abr. 2019.

OLIVEIRA, R. R.; BRANCALEONI, A. P. L.; GIÃO FILHO, G. M.; PAULINO, R. S.; SILVA, C. S. F. **Preconceito e sexualidade em sala de aula – o (des) preparo docente frente ao dizer dos alunos**. *In*: XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC), Florianópolis, Santa Catarina, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.